

# Uma contrarreforma educacional a serviço do capital e sob a égide do neoliberalismo

KRAWCZYK, Nora;

ZAN, Dirce (Orgs.).

**A Reforma do Ensino Médio em São Paulo**

A continuidade do projeto neoliberal.

Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. 195 p. E-book.

Desde a Medida Provisória n. 746/2016 e, posteriormente, a Lei n. 13.415/2017, conhecida como reforma do ensino médio, temos visto governos se esforçando para implantá-la e convencer a população das vantagens que trará aos/as estudantes; por outro lado, pesquisadores/as vinculados/as às instituições de educação superior e professores/as da educação básica críticos/as à reforma indicam uma série de problemas, que ficam mais evidentes à medida que a implementação avança<sup>1</sup>. Por ser uma reforma que imprime importantes mudanças na vida escolar, com repercussões significativas na experiência e na formação dos/as estudantes, na organização do trabalho pedagógico e na gestão da escola, ela tem sido objeto de muitas pesquisas, o que é importante para que as comunidades escolares e acadêmicas possam analisá-la desde o início, de diferentes formas e sob diversos pontos de vista.

O livro *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*, organizado pelas professoras Nora Krawczyk e Dirce Zan, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, reconhecidas pesquisadoras do ensino médio, é uma dessas contribuições. Escrito com a finalidade de apresentar os resultados iniciais da pesquisa *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo* – realizada pela Rede Nacional EMpesquisa, coordenada pela professora Monica Ribeiro, da Universidade Federal do Paraná – pretende acompanhar a implementação da reforma do ensino médio em diversos estados. São Paulo foi o primeiro a iniciar a reforma do ensino médio, denominado Novo Ensino Médio – NEM, com experiências-piloto no Centro Paula Souza – CPS. A partir de 2021, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – Seduc/SP passou a implementar o NEM, com base num currículo simplificado e em opções formativas, apoiada em Programas como o Novotec, o Inova Educação e a ampliação das escolas de tempo integral.

Produzido por pesquisadores/as, professores/as da educação básica e estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp – que compõem o EMpesquisa/SP, coordenado pelas professoras Nora Krawczyk e Dirce Zan – o livro traz uma análise acurada das primeiras iniciativas da Seduc/

SP para a implantação da reforma, com base em pesquisa documental. Cada capítulo, na especificidade que propõe analisar, apresenta ao/à leitor/a como as primeiras iniciativas para implementar a reforma se articulam a políticas anteriores, na forma de projetos ou programas, que os/as autores/as denominam de continuidade do projeto neoliberal na rede estadual paulista. A obra é composta pelo prefácio do professor Gaudêncio Frigotto, a apresentação das professoras Nora Krawczyk e Dirce Zan, quatro capítulos e uma entrevista com Rebeca Tarlau intitulada *Consenso por filantropia como estratégia de poder neoliberal*, conduzida por Ana Beatriz Gasquez Porelli, Cristiane Leticia Nadaletti, Juliana Novais, Rodolfo Soares Moimaz, Tatiana de Oliveira e Tayná Lucio. Para melhores apresentação e análise, optamos por fazê-las com base em cada capítulo.

O primeiro, *Quando tudo começa... ou (re)começa: pegadas a caminho da reforma do Ensino Médio*, de Josilaine Catia Gonçalves, Nora Krawczyk, Sérgio Feldemann de Quadros e Sílvia Forato, conduz os/as leitores/as a uma análise que compreende a reforma na conjuntura de retrocesso em que ela se efetiva, contextualizando discussões, polêmicas e embates em torno do Projeto de Lei n. 6.840, de 2013. Na retomada histórica que favorece uma visão mais articulada do debate sobre o ensino médio, desde as mobilizações pelo fim da ditadura empresarial-militar, as autoras e o autor destacam a esperança que se abriu com propostas para a educação pública – construídas nas Conferências Nacionais de Educação, respaldadas em pesquisas de cunho crítico produzidas por Programas de Pós-Graduação – e como ela foi frustrada pela adoção da orientação neoliberal na economia, na política e como ideologia ou racionalidade dominante. Não obstante a problematização sobre a ausência de uma identidade clara dessa etapa da educação básica, é importante reconhecer, como autoras e autor o fazem, que a ideia de educação básica presente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 – LDB/96, colocou a necessidade de sua universalização e compromisso com os conhecimentos científicos e humanísticos que compõem a formação geral dos/as estudantes. Nesse sentido, a reforma significa uma ruptura com a concepção da LDB/96, mediante a flexibilização curricular por meio de itinerários formativos, habilidades e competências como parâmetros para organização do processo de ensino e aprendizagem, assim como o projeto de vida e o protagonismo juvenil como estratégias de organização e controle da subjetividade da juventude.

Ao analisar os primeiros passos da implantação do NEM no segundo capítulo – *Primeiros passos da Reforma do Ensino Médio em São Paulo: o caso da rede regular de ensino* –, Anniele Ferreira de Freitas, Dirce Zan, Fernanda Dias da Silva e Rodolfo Soares Moimaz afirmam que uma série de medidas em desenvolvimento há quase uma década pela Seduc já indicava os rumos da reforma na rede estadual paulista, embora as orientações oficiais sobre mudanças curriculares, organização da gestão e formação de professores/as para o NEM datem de janeiro de 2020. A disciplina Projeto de Vida, que compõe o currículo do NEM, fazia parte do Programa Ensino Integral e do Programa Inova Educação, implantado em todas as escolas da rede de ensino a partir de 2019, não constituindo, portanto,

uma novidade nas escolas paulistas de ensino médio. Desde 2008, com o Programa São Paulo Faz Escola, a rede estadual paulista tem um currículo centralizado, com material para estudantes, professores/as e gestores/as, produzido pela Seduc em parceria com entidades privadas. O material era organizado com base nas competências do referencial teórico do Exame Nacional do Ensino Médio e foi reformulado em 2019, para adequar-se à Base Nacional Comum Curricular – BNCC. As habilidades socioemocionais estavam previstas no Programa Inova Educação, com o *Plano Estratégico 2019-2022 para o Século XXI*, mas a Seduc, na avaliação das autoras e do autor, mesmo reafirmando a intenção de liderar o ranking do índice do Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, incorporou a ideia das habilidades socioemocionais prevista na BNCC como algo a ser agregado aos indicadores educacionais nacional e estadual. A estreita articulação da Seduc com a reforma do ensino médio pode ser compreendida em parte pelo trânsito de gestores/as entre a Secretaria e o Ministério da Educação – a exemplo de Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de Educação de São Paulo entre 2007 e 2009 e secretária-executiva do MEC de 2016 a 2018; e de Rossieli Soares, ministro da Educação em 2018, que assumiu a pasta da Educação em São Paulo em 2019.

Embora rico em informações e análises sobre como as primeiras medidas para a implementação do NEM apoiam-se em programas já existentes (Inova Educação, Novotec etc.), o estudo não pôde trazer dados sobre problemas que começam a ganhar visibilidade, como a falta de professores/as para ministrar os componentes curriculares dos itinerários formativos, a ‘falsa liberdade de escolha’ dos itinerários formativos, o aumento da desigualdade e o eventual descumprimento da Lei 13.415/2017 quanto à expansão da carga horária, conforme indicado na Nota Técnica da Rede Escola Pública e Universidade<sup>2</sup>. Trata-se de aspectos que certamente serão investigados na continuidade da pesquisa e que reafirmam a importância de um acompanhamento atento da implementação da reforma, tal como proposto pela pesquisa da Rede Nacional EMpesquisa.

A reforma da Educação Profissional em nível médio é abordada por Ana Beatriz Gasquez Porelli e Sílvia Beltrane Cintra no terceiro capítulo, *Centro Paula Souza e a implementação da reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo*, com base no estudo documental das medidas adotadas pelo Centro Paula Souza – CPS, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que possui 223 escolas técnicas – Etecs e 73 faculdades de tecnologia – Fatecs, que atendem a 291 mil discentes, distribuídos/as em 300 municípios paulistas (2022, p. 80). Na avaliação das autoras, a reforma encontrou solo fértil para prosperar no Centro Paula Souza por conta da cultura de programas-piloto que favorece a naturalização da diversificação curricular. Dessa forma, quando a reforma entrou em vigor, o Centro Paula Souza planejou 12 currículos adequados ao NEM para serem implementados em 2018; isso significa que dos 13 eixos tecnológicos dos cursos ofertados, cinco se adequaram às opções curriculares da reforma do ensino médio. Por conseguinte, em 2018, parte das Etecs já tinha catálogos formados por cursos das modalidades

anteriores à reforma e por cursos adequados à reforma, totalizando oito modalidades de cursos ofertados nas escolas do Centro Paula Souza, além do Ensino Técnico Integrado ao Médio – Etim e do ensino médio propedêutico; esses deveriam ser substituídos até 2020 pelo Ensino Médio com Habilitação Profissional – MTec e pelo Ensino Médio com Qualificação Profissional – MQTec, no caso do primeiro e pelo Ensino Médio com Itinerário Formativo, no caso do segundo.

Apoiado na ideia da diversidade de cursos, da flexibilização e do protagonismo estudantil, o governo paulista, além da rápida implantação da reforma nas escolas do Centro Paula Souza a partir de 2019, por meio do Programa de Formação Profissional denominado Novotec, pretendia levar qualificação profissional com a excelência do Centro Paula Souza a estudantes da rede regular de ensino, através de cursos técnicos integrados ao ensino médio. A implantação da reforma do ensino médio em São Paulo, a partir das duas experiências analisadas, indica que as parcerias do governo paulista com o setor privado se fortaleceram e influenciam cada vez mais as políticas educacionais. Ainda que em fase inicial e fruto de estudo documental, a pesquisa sugere que a reforma tende a contribuir para um rebaixamento da formação da juventude trabalhadora com currículos aligeirados, submetidos à necessidade do mercado.

No último capítulo, *Instituto Federal de São Paulo e a reforma neoliberal na educação profissional: entre contradições e disputas*, de Cristiane Letícia Nadaletti, Danielle de Sousa Santos, Rogério de Souza Silva e Tatiana de Oliveira, a reforma do ensino médio é analisada a partir da experiência do Instituto Federal de São Paulo – IFSP. Os Institutos Federais foram criados em 2008, pela Lei n. 11.892, como instituições de ensino superior, básico e profissional, sendo que o IFSP é o maior do país, com 37 unidades, 801 cursos, 62.660 estudantes, 3.004 professores/as e 1.880 técnicos-administrativos. Há 22.245 matrículas na educação básica, distribuídas em 226 cursos, e destes, 100 são ofertados na forma integrada ao ensino médio, com 10.896 estudantes matriculados/as (2022, p. 109).<sup>3</sup>

Um aspecto relevante das incursões que as autoras e o autor fizeram na análise documental e nas ações de gestores/as e educadores/as do IFSP foi mostrar, malgrado as medidas em curso, que há resistência e adaptações à reforma, tanto no que se refere às mudanças na matriz formativa dos cursos, quanto em relação à tentativa de parceria do IFSP com o governo paulista para a oferta de cursos de qualificação profissional por meio do Programa Novotec Expresso. A análise indica que a reforma contrapõe-se à concepção de formação integrada ao fragmentar e reduzir a formação dos/as estudantes. Outrossim, abre possibilidades de parcerias com o setor privado ao não anunciar a necessidade de um projeto pedagógico unificado. Num cenário tão desfavorável, não obstante as contradições e divergências, os dois Seminários Nacionais do Ensino Médio Integrado, realizados em 2017 e 2018, pelo Fórum de Dirigentes de Ensino – FDE, colegiado que integra o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, foram importantes por ratificarem a defesa e a

manutenção dos princípios dos cursos de Ensino Médio Integrado – EMI. As discussões e proposições dos seminários contribuíram na construção de Currículos de Referência para os cursos de EMI do IFSP em 2018, de forma participativa, orientados por uma concepção de formação que articula a dinâmica do setor produtivo à formação de profissionais com compreensão crítica da sociedade. Esses movimentos de resistência permitiram, na análise das autoras e do autor, a construção do que denominaram de *variantes da reforma*, no que tange aos cursos do EMI, embora a concepção formativa dos Institutos Federais esteja sob o ataque das reformas educacionais que, deste o início do século XXI, visam atender às demandas do capital.

O livro organizado por Nora Krawczyk e Dirce Zan é uma importante contribuição à discussão sobre a reforma do ensino médio, porque além de se somar a outras publicações que a analisam criticamente, traz dados sobre sua implantação pioneira em São Paulo e mostra como, em vários aspectos, não era estranha a projetos e programas desenvolvidos há pelo menos uma década. Isso corrobora a ideia de que, embora tenha sido feita rapidamente, a reforma já era gestada há tempos por um setor da sociedade civil vinculada ao capital, que, ao ter acesso ao Estado, via governo Michel Temer, viu-se diante da oportunidade perfeita para realizar a tão esperada ‘contrarreforma’ educacional.

*Recebido em: 11/08/2022; Aprovado em: 13/08/2022.*

 **MÁRCIA APARECIDA JACOMINI**

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos- SP, Brasil.

## Notas

- 1 Entre as iniciativas que defendem a revogação da reforma estão a *Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio* (Lei 13.415/2017), assinada por mais de 200 entidades de classe e acadêmicas e a *Carta de Natal da Conape/2022*, ambas estão disponíveis na seção *Documentos* deste número da *Retratos da Escola*.
- 2 REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: <[www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas)>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- 3 Dados: Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2021.